



PERFIL ORÇAMENTÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ POTIGUAR DO PERÍODO DE 2015 A 2017:

**Uma análise do planejamento e da execução
orçamentária**

Felipe Pereira de Medeiros¹

Antonio Felipe de Paula Junior²

RESUMO

Ao se traçar o perfil orçamentário de um Município visa-se identificar as características básicas que permeiam o planejamento e a execução orçamentária desses. Este trabalho busca analisar a relação entre o planejamento e a execução orçamentária nos Municípios da região do Seridó Potiguar do período de 2015 a 2017, criando-se um perfil orçamentário com esses dados. Para isso, foi realizado um estudo de caso de caráter descritivo, documental e com abordagem quantitativa por reunir e comparar as informações das receitas e despesas desses municípios. Os resultados encontrados foram: a presença de falhas no planejamento orçamentário, a alta dependência das Transferências Intergovernamentais, a baixa relevância das Receitas Tributárias e a predominância de resultados deficitários. Por meio desse estudo, espera-se auxiliar os gestores e os agentes envolvidos no planejamento municipal a compreender e enfrentar os desafios orçamentários a fim de atingir o equilíbrio nas contas públicas.

Palavras-chave: Perfil Orçamentário. Planejamento e Execução Orçamentária.

1. INTRODUÇÃO

Com a vigência da Constituição Federal de 1988 e da Lei Complementar nº 101/2000, o planejamento orçamentário se tornou parte essencial da Administração Pública a fim de garantir o cumprimento dos direitos sociais da população através das políticas públicas propostas pelo Poder Executivo e aprovadas pelo Poder Legislativo.

¹ Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: (felipepmedeiros23@gmail.com).

² Doutor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Atmosférica e Climáticas e Professor do Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: (antoniofelipe@ufrnet.br)



O Federalismo Fiscal, disposto no Capítulo sobre o Sistema Tributário Nacional da Constituição Federal, foi o caminho escolhido pelos legisladores a fim de descentralizar os recursos e assegurar a autonomia dos entes federados ao determinar quais impostos seriam cobrados por cada ente da Federação e a repartição das Receitas Tributárias. Ocorre que nessa repartição dos recursos arrecadados, os Municípios recebem a menor parte da distribuição tornando-se dependentes das Transferências Voluntárias recebidas dos Governos Federal e Estadual para a execução de suas atribuições constitucionais.

O levantamento de um perfil orçamentário para os Municípios tem a intenção de conhecer as características básicas que permeiam o planejamento e a execução orçamentária desses, identificando-se o comportamento das finanças públicas municipais.

Diversos autores já discorreram sobre o comportamento das receitas públicas e o perfil orçamentário dos Municípios ao analisar o planejamento e a execução orçamentária nos diversos Estados do País. Demonstraram-se resultados semelhantes, embora existam particularidades intrínsecas às variáveis utilizadas em cada pesquisa, como o porte do Município e a região do País.

Analisando o perfil orçamentário do Município de Ladainha/MG no período de 2000 a 2016, Silva et al. (2018), identificou o crescimento das receitas orçamentárias ao longo desses anos. Quanto à captação dos recursos, notou-se que a arrecadação das receitas tributárias teve média de 2,03% do total das receitas, o que ocasionou uma dependência das transferências intergovernamentais que representaram em média 88,81% das receitas totais do Município no período. Quanto às despesas orçamentárias, notou-se o crescimento das despesas correntes e que as principais áreas de utilização dos recursos públicos foram a Educação e Cultura, em média 34,32%, seguido da Saúde e Saneamento, em média 26,24%.

Em estudo sobre o grau de dependência financeira dos Municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná (AMCESPAR) em relação aos repasses Estaduais e Federais nos anos de 2011 e 2012, Alexandre et al. (2015) verificou-se que os Municípios pesquisados com maior população arrecadam Receitas Tributárias em proporção maior que os de população inferior. Contudo, o grau de dependência das Transferências Intergovernamentais em todos os Municípios é elevado. As cidades cujas que variam entre 5 mil a 15 mil habitantes apresentaram mais de 90% de dependência, enquanto os Municípios com população maior variaram entre 81% a 88%.

Em trabalho científico, Lima Filho & Gomes (2016) analisaram a receita orçamentária e tributária do Município de Sumé/PB no período de 2003 a 2012. Inicialmente, foi verificada a arrecadação com base na classificação por categoria econômica, demonstrando-se participação majoritária das receitas correntes. Apresentou-se em seguida a evolução das receitas correntes e de capital do Município por origem da arrecadação. Dentre as conclusões apontadas, pôde-se destacar que a média das receitas próprias arrecadadas no período que foi de 5,8%. Quanto às transferências correntes, no ano de 2012, representou 80,19% da receita total.

Ferreira et al. (2016) abordou um estudo de caso sobre as receitas públicas do Município de Contagem/MG no período de 2004 a 2014. Verificou-se que as receitas próprias



representam parcela menor em relação à arrecadação total do Município, existindo a grande dependência das transferências intergovernamentais. Contudo, ao longo dos anos houve evolução da arrecadação das receitas tributárias, o que levou a uma queda no impacto das transferências intergovernamentais, sendo o ICMS o responsável pela maior parcela destas transferências.

Brito & Dias (2016) propuseram análise acerca do comportamento das receitas próprias e intergovernamentais do Município de Parnaíba/PI no período de 2003 a 2012. Das Receitas Tributárias, a que possui maior relevância é o ISSQN, correspondendo à média de 57,48% do grupo. Quanto às transferências intergovernamentais, o FPM demonstrou maior impacto contribuindo com 37,87%, em média, para a formação das receitas de transferências. Destacou-se, portanto, a existência de grande dependência financeira do Município em relação às transferências intergovernamentais, mais de 90% das receitas totais, em detrimento da arrecadação das receitas tributárias.

Rocha (2008) propôs um trabalho diferente dos citados anteriormente, onde analisou o nível de eficiência no processo de previsão e arrecadação da receita pública dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte. Verificou-se a margem de acerto no planejamento municipal quanto à arrecadação dos impostos municipais (IPTU e ISS). Concluiu-se que, com exceção de Natal e Parnamirim, todos os demais Municípios apresentaram oscilações significativas entre suas previsões e a efetiva arrecadação.

Além disso, Rocha (2008), citando Slomski, que afirmou que nos dias atuais não haveriam razões para a elaboração de peças orçamentárias em que não fossem executados ao menos 90% do previsto, constatou o baixo nível de eficiência no processo de previsão das receitas de IPTU e de ISS para a quase totalidade dos Municípios analisados. Explicou ainda que grandes oscilações sinalizam a ineficiência no processo de planejamento que poderia acarretar um desempenho negativo da gestão pela falta de racionalidade ao estabelecer prioridades, objetivos claros e metas de resultado.

De fato, um orçamento que não observa as normas técnicas e legais é inaceitável. É descabido que ao elaborar um orçamento se estime a despesa e ao seu total se iguale a receita. Procedendo-se assim, o orçamento é apresentado num patamar irreal, fictício, superdimensionado (TOLEDO JUNIOR & ROSSI, 2005, p.116).

A receita pública, portanto, assume um papel vital e condicionante da execução orçamentária da despesa, sendo instrumento pelo qual se viabiliza a execução de políticas públicas. (BRASIL, 2006 p.12).

Diante desse contexto, os gestores municipais necessitam conhecer o perfil orçamentário dos entes em que atuam a fim de realizar as políticas públicas cobradas pela população enquanto respeitam a legislação vigente no Brasil.

Segundo dados do IBGE, mais de dois terços dos Municípios do Brasil possuem menos de vinte mil habitantes e são, portanto, de pequeno porte. Essa característica é vista claramente na região do Seridó, no interior do Estado do Rio Grande do Norte, composta por 25 municípios, nos quais vinte e dois se encaixam nessa estatística.



Assim, tomaram-se os municípios do Seridó Potiguar como objeto de estudo ao reunir informações do período de 2015 a 2017 sobre a receita total estimada e realizada por origem dos recursos bem como da despesa total executada e realizar cálculos comparativos com os dados reunidos.

Buscou-se responder os seguintes questionamentos: as leis orçamentárias dos Municípios do Seridó Potiguar para o período de 2015 a 2017 foram superestimadas? Qual o impacto das receitas tributárias nos orçamentos desses Municípios? Até que ponto os Municípios dependem das Transferências Correntes e de Capital? Quais resultados orçamentários foram apurados pelos Municípios durante esse período?

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre o planejamento e a execução orçamentária desses municípios do período de 2015 a 2017, criando-se um perfil orçamentário com essas informações.

Ao identificar um perfil orçamentário para esses municípios por conhecer as principais fontes de receitas e verificar possíveis falhas no planejamento municipal pode-se auxiliar os gestores e os agentes envolvidos no planejamento municipal a compreender e enfrentar os desafios orçamentários desde o processo de planejamento até a execução das despesas a fim de alcançar o equilíbrio nas contas públicas.

Para atingir esses objetivos, apresenta-se a seguir os materiais coletados e os métodos adotados na realização deste trabalho. Após isso, demonstrar-se-ão os resultados auferidos e sua análise. Em seguida, as considerações finais em relação ao proposto.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A área de estudo dessa pesquisa compreende os Municípios da região do Seridó do Estado do Rio Grande do Norte (RN), Brasil. O Estado do RN é localizado na região Nordeste do Brasil (NEB). A região do Seridó também faz parte do semiárido brasileiro mais conhecido como Caatinga.

Os Municípios da região do Seridó Potiguar conforme o Sistema de Informações Territoriais (SIT) são: Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

Com uma população estimada pelo IBGE em 2018 de 312 mil habitantes ocupando uma área habitacional de aproximadamente 10.950 km², a maior parte desses Municípios é de pequeno porte, inferior a 20 mil habitantes. O Município mais populoso da região é Caicó com população estimada de 67 mil pessoas.

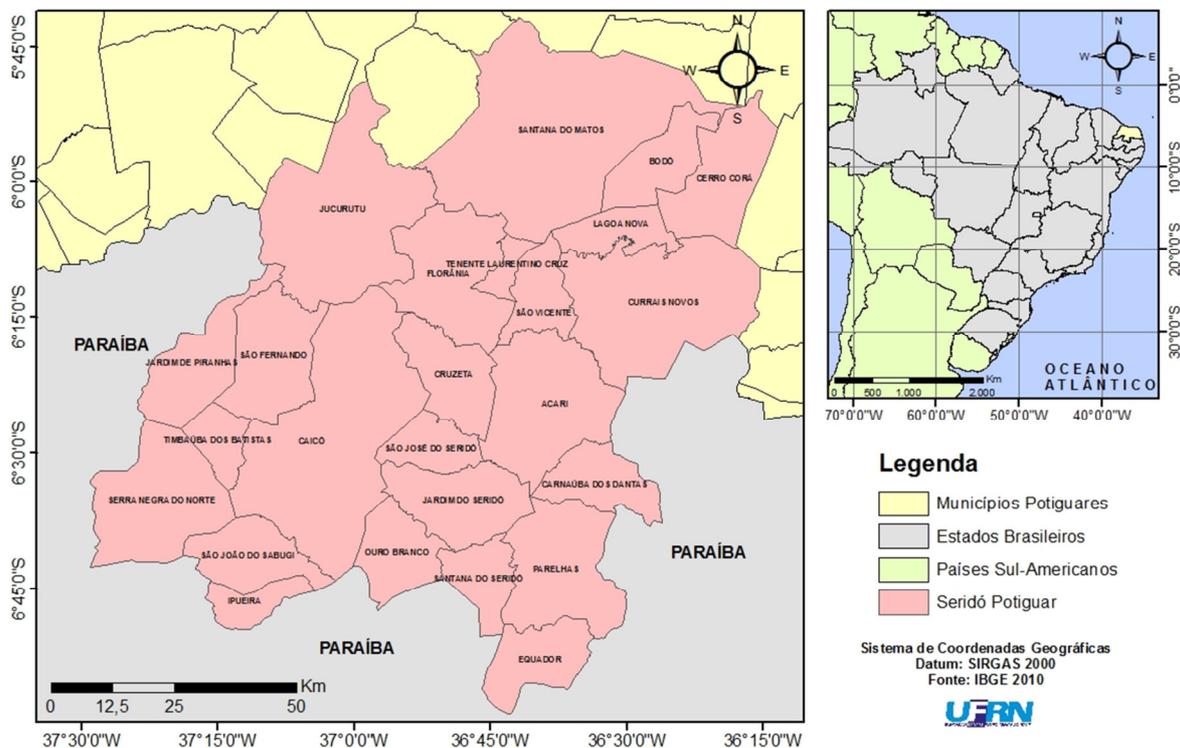
Segundo informações do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Seridó (PTDRS) colhido do Sistema de Informações Territoriais do MDA (antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário), a economia da região do Seridó foi consolidada com base nas atividades de pecuária/cotonicultura/agricultura de subsistência e na mineração. Entretanto,



com o declínio destes pilares da economia seridoense, houve uma reestruturação produtiva e o quadro econômico foi modificado e passou a ser composto de uma diversidade de atividades conforme as especificidades regionais, como a pecuária leiteira, a piscicultura, a ovino-caprinocultura e o desenvolvimento de lavouras temporárias e permanentes, principalmente na região serrana do território. Estes setores localizam-se na porção rural dos municípios.

Quanto às atividades urbanas, o foco está na prestação de serviços, no comércio e em menor quantidade na pequena indústria, além do funcionalismo público, que responde pela empregabilidade de um grande contingente populacional nos municípios, em especial os menores, e das aposentadorias que auxiliam na renda de muitas famílias seridoenses.

Figura 1: Localização geográfica da região do Seridó do Rio Grande do Norte.



Fonte: IBGE e Sistema de Informações Territoriais (SIT)

Conforme os conceitos apresentados por Sampieri, Collado e Lucio (2006), esse trabalho é um estudo de caso de caráter descritivo, documental e com abordagem quantitativa.

Para atingir os objetivos dessa pesquisa, este estudo se classifica como descritivo, pois tem a finalidade de observar, registrar e analisar o perfil orçamentário dos Municípios do Seridó Potiguar no período de 2015 a 2017. Para tanto, reuniram-se as seguintes informações: Receita Total Estimada e Arrecadada, Despesa Total Executada e Receita Estimada e Arrecadada por Origem.

Em relação aos procedimentos técnicos, este trabalho utilizou de pesquisa documental a fim de reunir os documentos necessários para colher as informações descritas e a partir



destas será feita análise crítica e analítica. A partir de consultas nos Portais de Transparência dos Municípios e nos demonstrativos fiscais publicados nos Diários Oficiais, nos sistemas de informações do Governo Federal (SICONFI, SIOPE e SIOPS) e do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte foram coletadas as informações que servem de base para esta pesquisa.

Além disso, a abordagem quantitativa foi utilizada em relação ao problema, através de instrumentos estatísticos a fim de identificar as relações entre as variáveis apresentadas. A análise dos dados dos Municípios foi separada por grupos conforme o Coeficiente Individual do Fundo de Participação dos Municípios (CIFPM), uma vez que o critério adotado nesse cálculo pelo Tribunal de Contas da União individualiza a participação que os Municípios têm a receber conforme a quantidades de habitantes e a renda per capita.

Ao mesmo tempo, a separação das informações dos Municípios em grupos tem a função de garantir que os resultados obtidos na pesquisa não sejam viciados diante das discrepâncias existentes quanto às especificidades de cada Município, uma vez que a diferença populacional entre a menor cidade, Ipueira, e a maior, Caicó, chega a mais de 65 mil pessoas, conforme a estimativa apresentada pelo IBGE de 2018.

Após a coleta das informações e a organização em tabelas, os dados foram analisados quantitativamente a fim de identificar a composição do planejamento e da execução orçamentárias dos Municípios para o período de 2015 a 2017, observando-se as principais fontes de arrecadação dos entes por Categoria Econômica e Origem dos Recursos, em análise vertical (Receita Prevista e Realizada por Origem em relação ao Total Arrecadado). Apresentam-se as informações em figuras e tabelas a fim de facilitar a compreensão.

3. RESULTADOS

Sob a perspectiva de identificação do Perfil Orçamentário dos Municípios do Seridó Potiguar no período de 2015 a 2017, o primeiro aspecto que se busca analisar neste trabalho é acerca do planejamento orçamentário dos Municípios quanto a possíveis discrepâncias nas estimativas definidas nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) em relação a arrecadação ocorrida a cada exercício.

A tabela 1, por conseguinte, apresenta a previsão inicial de arrecadação aprovada nas LOAs dos Municípios do Seridó Potiguar dos anos 2015, 2016 e 2017 e o total arrecadado ao final dos exercícios. Os Municípios foram ordenados na tabela conforme a quantidade estimada de habitantes por ordem crescente.

Tabela 1: Previsão Inicial das LOAs de 2015, 2016 e 2017 e Total Realizado dos Municípios do Seridó Potiguar

Município	2015		2016		2017	
	Previsão Inicial	Receita Realizada	Previsão Inicial	Receita Realizada	Previsão Inicial	Receita Realizada
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
Ipueira	11.022.330	9.449.124	12.124.563	10.860.090	13.337.019	10.814.700



Bodó	20.189.000	12.831.036	24.805.780	18.865.173	25.921.739	17.667.662
Timbaúba dos Batistas	17.692.643	10.735.911	17.330.851	12.124.459	17.777.987	11.258.981
São Fernando	23.220.313	10.821.234	24.016.550	12.650.596	16.349.520	12.587.663
Santana do Seridó	13.171.154	10.190.068	13.534.240	11.843.119	12.732.000	11.386.797
São José do Seridó	17.309.939	14.543.409	19.755.833	17.942.047	22.468.309	15.554.206
Ouro Branco	19.826.738	12.948.489	19.776.930	14.404.328	20.589.200	14.693.068
Tenente Laurentino Cruz	26.600.920	13.747.334	32.711.800	14.169.170	21.449.966	15.809.579
Equador	24.200.000	14.118.994	26.620.000	16.437.627	29.282.000	15.370.728
São João do Sabugi	15.712.223	15.197.334	17.147.096	15.355.594	18.709.197	13.591.322
São Vicente	29.944.000	14.714.869	30.075.500	16.004.217	29.393.400	14.887.058
Cruzeta	20.489.250	17.815.674	23.947.835	19.455.692	27.348.427	18.619.950
Serra Negra do Norte	18.894.755	16.248.046	19.971.756	17.697.433	20.839.499	18.008.666
Carnaúba dos Dantas	20.345.688	14.917.330	22.915.348	17.111.968	24.870.027	16.280.268
Florânia	21.566.200	19.291.897	23.883.000	20.122.080	24.603.300	17.822.195
Acari	23.299.000	21.251.671	26.707.644	23.665.663	30.126.222	23.704.882
Cerro Corá	33.974.485	24.245.581	33.408.850	24.658.325	33.039.650	26.560.634
Jardim do Seridó	35.714.390	19.528.068	35.714.390	21.073.221	35.507.190	21.189.801
Santana do Matos	32.112.864	26.046.288	34.968.900	32.140.026	34.900.000	26.116.657
Jardim de Piranhas	32.000.000	25.848.603	33.760.000	28.325.366	38.921.851	29.966.450
Lagoa Nova	36.023.000	28.341.573	31.320.000	31.840.877	34.819.000	31.332.341
Jucurutu	46.054.900	36.686.867	51.253.900	40.182.489	47.880.900	43.782.689
Parelhas	46.000.000	32.812.663	47.000.000	36.953.642	49.000.000	35.150.202
Currais Novos	75.948.140	69.347.162	84.065.081	74.711.002	89.615.994	72.974.486
Caicó	124.665.921	99.407.967	139.725.564	110.280.572	160.111.524	109.391.227

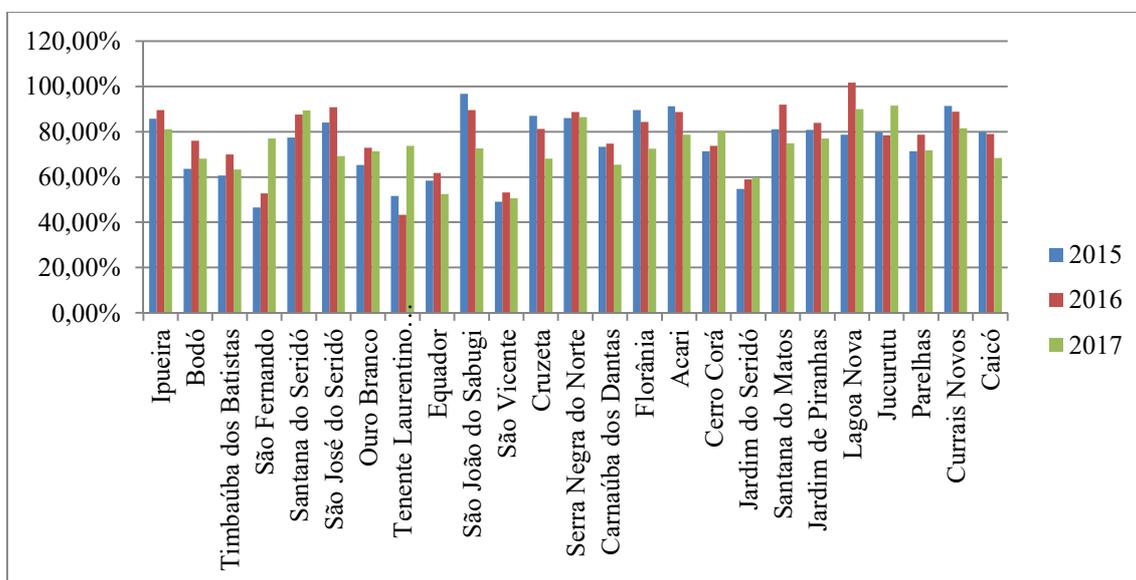
Fonte: TCE-RN, SICONFI, SIOPE e SIOPS.

Logo percebe-se que no planejamento orçamentário, conforme o porte da população, as receitas estimadas aumentam, bem como a arrecadação. Contudo, podem-se observar algumas discrepâncias, uma vez que alguns dos Municípios com população inferior possuem Previsão Inicial de arrecadação superestimada em relação ao que foi realizado durante cada exercício, bem como possuem previsão inicial superior a Municípios com população maior. Os casos mais claros em que isso aconteceu foram Bodó, São Fernando, Tenente Laurentino Cruz e São Vicente. Contudo, também nota-se que em alguns casos ao longo dos exercícios também foram feitos esforços para corrigir as previsões equivocadas ou elevadas.

A Figura 2 demonstra os percentuais calculados entre os valores apresentados na Tabela 1, onde o total arrecadado foi dividido pela previsão de arrecadação para os exercícios de 2015 a 2017. Esse cálculo visa identificar a efetividade no planejamento fiscal em cada Município.



Figura 2: Representação do desempenho das Receitas Realizadas em relação à Previsão Inicial dos exercícios de 2015 a 2017 conforme os valores apresentados na Tabela 1.



Fonte: Elaborado pelos autores.

É interessante que nos três exercícios apenas sete Municípios atingiram arrecadação superior a 90% do valor estimado, mas apenas um (Lagoa Nova) auferiu média superior a 90% quando consideram-se os valores apurados nos três exercícios. Além disso, cinco Municípios apresentaram média inferior a 60%: São Fernando, Tenente Laurentino Cruz, Equador, São Vicente e Jardim do Seridó.

O segundo aspecto que se busca identificar ao traçar o perfil orçamentário dos Municípios da região do Seridó Potiguar no período de 2015 a 2017 é o impacto das receitas tributárias nos orçamentos desses Municípios. Assim, a tabela 2 apresenta essas informações.

Tabela 2: Percentual das Receitas Tributárias em relação ao Total Arrecadado no período de 2015 a 2017 dos Municípios da região do Seridó Potiguar

Município	Coef. FPM	% Receitas Tributárias/Total Arrecadado			Média
		2015	2016	2017	
Ipueira	0,6	2,37%	2,60%	3,26%	2,74%
Bodó	0,6	9,92%	10,14%	13,50%	11,19%
Timbaúba dos Batistas	0,6	1,93%	2,18%	1,87%	2,00%
São Fernando	0,6	1,68%	1,24%	0,69%	1,20%
Santana do Seridó	0,6	2,90%	3,07%	1,41%	2,46%
São José do Seridó	0,6	2,24%	2,06%	3,05%	2,45%
Ouro Branco	0,6	2,91%	2,88%	3,10%	2,96%
Tenente Laurentino Cruz	0,6	2,34%	1,70%	2,89%	2,31%
Equador	0,6	2,22%	2,13%	2,21%	2,19%

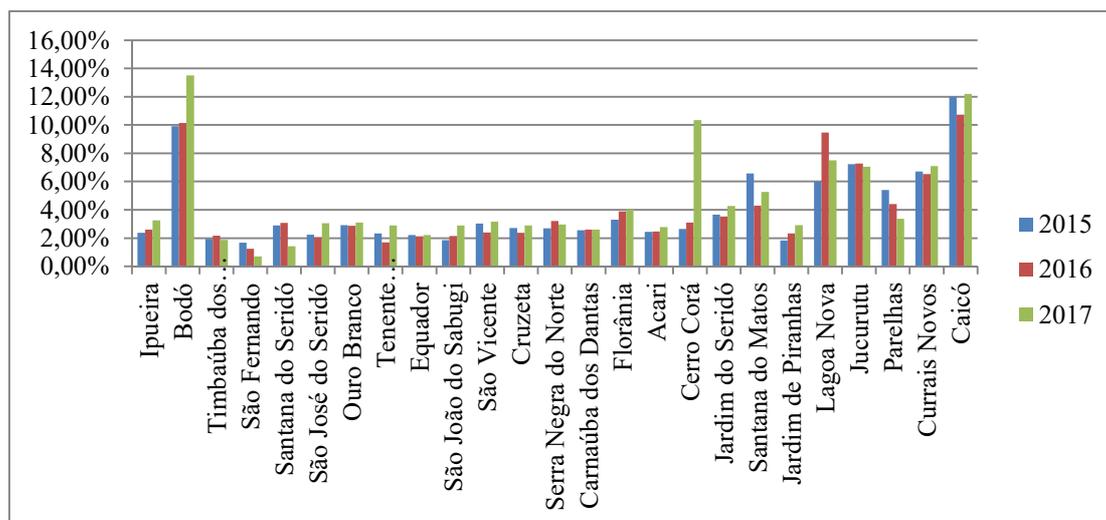


São João do Sabugi	0,6	1,85%	2,15%	2,88%	2,29%
São Vicente	0,6	3,04%	2,39%	3,16%	2,86%
Cruzeta	0,6	2,71%	2,38%	2,90%	2,67%
Serra Negra do Norte	0,6	2,69%	3,21%	2,97%	2,96%
Carnaúba dos Dantas	0,6	2,55%	2,60%	2,61%	2,59%
Florânia	0,6	3,29%	3,89%	4,02%	3,74%
Acari	0,8	2,44%	2,46%	2,79%	2,56%
Cerro Corá	0,8	2,64%	3,10%	10,34%	5,36%
Jardim do Seridó	0,8	3,67%	3,53%	4,27%	3,82%
Santana do Matos	0,8	6,57%	4,29%	5,27%	5,38%
Jardim de Piranhas	1,0	1,83%	2,34%	2,92%	2,36%
Lagoa Nova	1,0	5,99%	9,47%	7,50%	7,65%
Jucurutu	1,2	7,24%	7,27%	7,04%	7,18%
Parelhas	1,2	5,41%	4,41%	3,37%	4,39%
Currais Novos	2,0	6,70%	6,54%	7,09%	6,78%
Caicó	2,4	12,00%	10,72%	12,20%	11,64%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme a tabela 2 demonstra, as Receitas Tributárias tem baixo impacto nas finanças dos Municípios, uma vez que em sua maioria atingiu percentual inferior a cinco por cento do total das receitas arrecadadas. A figura 3 apresenta gráfico onde se demonstra o desempenho e a relevância das Receitas Tributárias conforme os percentuais apresentados na Tabela 2.

Figura 3: **Representação do desempenho das Receitas Tributárias em relação à Receita Total Arrecadada conforme apresentado na Tabela 2.**



Fonte: Elaborado pelos autores.



A maioria dos Municípios apresentou evolução no valor arrecadado a cada ano das receitas tributárias. Contudo, conforme o gráfico demonstra a trajetória de relevância dessas receitas em relação ao total arrecadado a cada ano variou bastante.

O terceiro aspecto do perfil orçamentário que se almeja traçar acerca dos Municípios que são objeto dessa pesquisa está relacionado ao impacto das Transferências Intergovernamentais recebidas pelos Municípios. Para este fim a Tabela 3 apresenta dados que demonstram o percentual de dependência dos Municípios do Seridó Potiguar dessas receitas.

Tabela 3: Impacto das Transferências Correntes e de Capital em relação ao Total Arrecadado no período de 2015 a 2017 dos Municípios do Seridó Potiguar.

Município	Coef. FPM	% Impacto das Transferências Correntes e de Capital/ Receita Total			Média
		2015	2016	2017	
Ipueira	0,6	97,03%	96,94%	96,19%	96,72%
Bodó	0,6	89,07%	88,51%	85,38%	87,65%
Timbaúba dos Batistas	0,6	97,02%	96,98%	95,51%	96,50%
São Fernando	0,6	96,72%	97,47%	97,08%	97,09%
Santana do Seridó	0,6	95,90%	96,12%	96,48%	96,17%
São José do Seridó	0,6	84,40%	86,80%	82,72%	84,64%
Ouro Branco	0,6	86,40%	87,39%	85,34%	86,38%
Tenente Laurentino Cruz	0,6	96,20%	97,29%	96,40%	96,63%
Equador	0,6	96,87%	96,13%	96,71%	96,57%
São João do Sabugi	0,6	93,01%	93,42%	93,02%	93,15%
São Vicente	0,6	88,33%	90,88%	91,54%	90,25%
Cruzeta	0,6	81,09%	82,21%	81,03%	81,44%
Serra Negra do Norte	0,6	92,08%	91,83%	90,56%	91,49%
Carnaúba dos Dantas	0,6	94,57%	93,81%	93,80%	94,06%
Florânia	0,6	95,29%	94,75%	94,83%	94,96%
Acari	0,8	93,86%	92,47%	92,16%	92,83%
Cerro Corá	0,8	97,36%	96,90%	89,05%	94,44%
Jardim do Seridó	0,8	93,75%	93,29%	92,86%	93,30%
Santana do Matos	0,8	92,47%	90,45%	93,87%	92,26%
Jardim de Piranhas	1,0	96,57%	95,12%	94,61%	95,43%
Lagoa Nova	1,0	89,01%	87,46%	91,36%	89,28%
Jucurutu	1,2	89,03%	88,44%	76,43%	84,63%
Parelhas	1,2	91,84%	93,69%	94,70%	93,41%
Currais Novos	2,0	90,35%	90,46%	89,31%	90,04%
Caicó	2,4	82,34%	83,56%	81,92%	82,60%

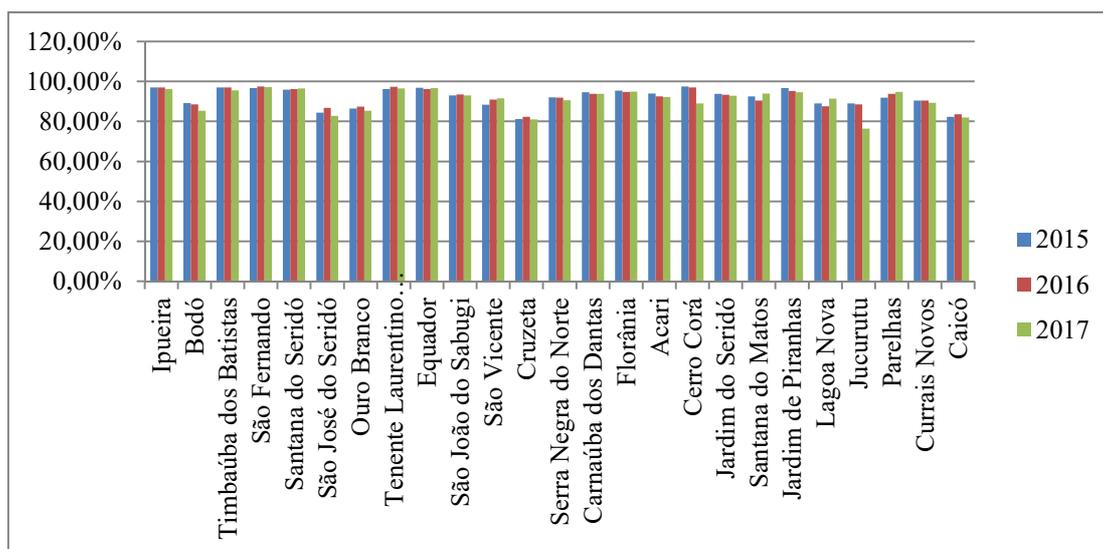
Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme a Tabela 3 evidencia, todos os Municípios apresentam dependência superior a 80% das Transferências Correntes e de Capital, tendo apenas o Município de Jucurutu



apresentado percentual inferior no ano de 2017. Este dado é relevante, pois foi causada pela adoção do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que aumenta as Receitas de Contribuições dos Municípios. A adoção do regime também ocorreu em Cruzeta, São José do Seridó e Ouro Branco. A Figura 4 demonstra os dados apresentados na Tabela 3 em gráfico.

Figura 4: Representação do Impacto das Transferências Correntes e de Capital em relação à Receita Total Arrecadada conforme apresentado na Tabela 3.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O último aspecto da construção do Perfil Orçamentário proposta é a análise dos Resultados Orçamentários atingidos para os exercícios de 2015 a 2017. O Resultado Orçamentário é basicamente a diferença entre a Receita Total e a Despesa Total. Se a Receita for superior à despesa, o resultado apurado é superavitário. Caso contrário, será deficitário. A Tabela 4 demonstra os resultados apurados dos Municípios do Seridó Potiguar para o período citado.

Tabela 4: Resultados Orçamentários auferidos na execução orçamentária no período de 2015 a 2017 dos Municípios da região do Seridó Potiguar

Município	RESULT. ORÇAMENTÁRIO		
	2015	2016	2017
Ipueira	Superávit	Déficit	Déficit
Bodó	Déficit	Superávit	Déficit
Timbaúba dos Batistas	Superávit	Superávit	Déficit
São Fernando	Déficit	Superávit	Déficit
Santana do Seridó	Déficit	Déficit	Superávit
São José do Seridó	Superávit	Superávit	Déficit
Ouro Branco	Superávit	Superávit	Superávit
Tenente Laurentino Cruz	Déficit	Superávit	Déficit



Equador	Déficit	Superávit	Déficit
São João do Sabugi	Superávit	Déficit	Déficit
São Vicente	Superávit	Superávit	Déficit
Cruzeta	Superávit	Superávit	Déficit
Serra Negra do Norte	Déficit	Superávit	Superávit
Carnaúba dos Dantas	Déficit	Superávit	Déficit
Florânia	Déficit	Superávit	Superávit
Acari	Déficit	Superávit	Déficit
Cerro Corá	Déficit	Déficit	Déficit
Jardim do Seridó	Déficit	Superávit	Superávit
Santana do Matos	Déficit	Superávit	Déficit
Jardim de Piranhas	Superávit	Superávit	Déficit
Lagoa Nova	Déficit	Déficit	Déficit
Jucurutu	Déficit	Superávit	Superávit
Parelhas	Déficit	Superávit	Déficit
Currais Novos	Déficit	Superávit	Déficit
Caicó	Déficit	Déficit	Déficit

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pode-se observar que há predominância de déficits orçamentários para os períodos apurados, 42 ao todo. E 33 superávits. O destaque vai para os Municípios Caicó, Cerro Corá e Lagoa Nova que apresentaram déficits nos três exercícios. Por outro lado, apenas um Município apresentou três resultados superavitários, Ouro Branco. Isso significa que os entes necessitam de demonstrar maior cuidado quanto às finanças municipais a fim de atingir resultados positivos e de diminuir as dívidas e restos a pagar acumulados a cada ano.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados na Tabela 1 e na Figura 2 corroboram o que foi apresentado por Rocha (2008) que apontou a existência de falhas no planejamento orçamentário dos Municípios do Rio Grande do Norte. Verifica-se que no período de 2015 a 2017, dentro da amostra dos 75 resultados apurados em relação à execução orçamentária, apenas sete foram superiores ao percentual de 90% da arrecadação em relação à previsão inicial.

Isso significa que a maioria dos Municípios do Seridó necessita rever o planejamento fiscal e orçamentário e utilizar métodos mais eficientes para a previsão de arrecadação. Caso contrário, o orçamento público continuará a ser para esses entes uma peça fictícia, uma vez que há diversos projetos com execução prevista, mas sem os mínimos recursos existentes para sua realização, o que causa bastante frustração e indignação para a população que não recebe as políticas públicas aprovadas a cada Lei Orçamentária Anual (ROCHA, 2008).

Em relação ao impacto das Receitas Tributárias no orçamento dos Municípios, a Tabela 2 e a Figura 3 revelam que, excetuando-se o Município de Bodó, todas as cidades da



amostra com população inferior a dez mil pessoas demonstraram o mínimo de relevância para essas receitas. No caso desses, as Receitas Tributárias representaram valor inferior a 4% das receitas totais arrecadadas a cada exercício. Além disso, apenas o Município de Caicó, o mais populoso da região, teve média de arrecadação de Receitas Tributárias superior aos 10% (SILVA et al., 2018; BRITO & DIAS, 2016; LIMA FILHO & GOMES, 2016).

Quanto ao impacto das Transferências Intergovernamentais (correntes e de capital), observou-se alto nível de dependência dessas receitas pelos Municípios da região do Seridó Potiguar. Dos vinte e cinco Municípios, em dezoito essas receitas representaram média superior a 90% da Receita Total realizada nos três exercícios. Os outros sete Municípios apresentaram média que variou entre 81% e 89%. Destes sete, quatro entes adotaram o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) que aumenta consideravelmente as Receitas de Contribuição, o que diminui em curta margem a relevância das Transferências Correntes e de Capital (SILVA et al, 2018; ALEXANDRE et al., 2015; LIMA FILHO & GOMES, 2016; BRITO & DIAS, 2016).

Por outro lado, quanto aos Resultados Orçamentários atingidos a cada exercício pelos Municípios, pôde-se notar a predominância de resultados deficitários em 42 dos 75 apresentados, o que representa 56% do total. Também apenas dez Municípios tiveram mais de um resultado superavitário no período. Logo, vê-se que houve certo desequilíbrio nas finanças municipais nos anos de 2015 a 2017, principalmente nos Municípios de Caicó, Cerro Corá e Lagoa Nova que apresentaram Déficit nos três exercícios. Em contraste com isso, o Município de Ouro Branco foi o único que apresentou três superávits seguidos.

Esses resultados negativos dos Municípios ocorreram, em parte, como reflexo da crise financeira que atingiu o país a partir do ano de 2014. Contudo, é válido apontar que a Lei Complementar nº 101/2000, em seu artigo 9º, prevê a utilização de instrumentos legais, como a limitação de empenho, a fim de contingenciar as despesas do ente caso a receita prevista não se realize. Assim, o planejamento municipal se torna vital a fim de prever corretamente as receitas que os Municípios arrecadam a cada ano conforme sua evolução e de evitar a execução de despesas que acumulem dívidas e restos a pagar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se traçar o perfil orçamentário para os Municípios visa-se conhecer as características fundamentais que permeiam o planejamento e a execução orçamentária desses, identificando-se informações relevantes que possam contribuir para o equilíbrio das contas públicas e a melhoria nas ferramentas de planejamento.

Verificou-se, por meio deste trabalho, a existência de características básicas que compõem o perfil orçamentário dos Municípios do Seridó Potiguar no período de 2015 a 2017. Dentre essas pode-se destacar a existência de falhas no planejamento orçamentário, uma vez que dos vinte e cinco Municípios, apenas um (Lagoa Nova) atingiu média de arrecadação em relação às Receitas Previstas superior a 90% e treze Municípios auferiram média inferior a 80%.



Essas falhas no planejamento podem estar vinculadas à segunda característica identificada nesses Municípios: a alta dependência das Transferências Intergovernamentais Correntes e de Capital e a baixa relevância das Receitas Tributárias. Apenas dois Municípios (Bodó e Caicó) apresentaram média de arrecadação das Receitas Tributárias superior a 10% das Receitas totais arrecadadas nos três anos. Logo, em todos os Municípios verificou-se o impacto das Transferências Intergovernamentais superior a 80% das receitas totais. Contudo, em dezoito Municípios estas receitas representam mais de noventa por cento da arrecadação anual.

Uma vez que os Municípios são tão dependentes do recebimento de Transferências Voluntárias dos Governos Federal e Estadual e da necessidade de previsão orçamentária para a execução de programas e projetos (art. 167, inciso I, da CF 88), pode-se observar nas Leis Orçamentárias Anuais destes Municípios a existência de diversos projetos cuja realização depende da vontade política de agentes de outra esfera de Poder.

O último aspecto que se analisou foram os resultados orçamentários apurados no período de 2015 a 2017. Nesse caso, não se pôde traçar um perfil que correspondesse a todos os Municípios, uma vez que variaram bastante. Contudo, devem-se ressaltar a predominância de resultados deficitários (42) e os déficits ocorridos nos três anos nos Municípios de Caicó, Cerro Corá e Lagoa Nova.

É, portanto, imperativo que os entes melhorem o planejamento municipal tanto na previsão das receitas, a fim de que os orçamentos representem a real situação financeira dos Municípios, como na execução das despesas para que não se acumulem ano após ano resultados financeiros e orçamentários deficitários e se aumente o passivo dos entes.

Não obstante, este estudo limitou-se a analisar as informações dos vinte e cinco Municípios do Seridó Potiguar no período de 2015 a 2017 ao levantar os dados acerca da Receita Prevista e Realizada por estes entes a cada ano, bem como a despesa executada. Não é possível apenas com dados comparativos refletir acerca dos desafios enfrentados na gestão municipal no processo de planejamento e execução orçamentária. Ao mesmo tempo, com uma amostra tão extensa limita-se a identificação e compreensão das diversas variáveis e circunstâncias que contribuem ou dificultam a arrecadação municipal.

Desse modo, sugere-se que em futuras pesquisas a respeito do planejamento e execução orçamentária dos Municípios do Seridó Potiguar e da identificação do perfil orçamentário dos mesmos, seja realizado com um Município em específico e com um período maior. Também devem ser analisados os fatores regionais que afetam a arrecadação municipal e serem realizados entrevistas e questionários junto aos agentes envolvidos no processo de planejamento e execução orçamentária.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, T.; BONETTI, M. B. P.; LEPCHAK, A. (2015). Transferências Intergovernamentais: Uma análise dos municípios que compõem a Amcespar. In: *Congresso Empresarial de Prestadores de Serviços - CEPS*, 2015, Ponta Grossa. Anais do evento, 2015.



BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Receitas públicas: manual de procedimentos: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios*. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Seridó - PTDRS*. Brasília: SDT/MDA, 2009. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=2400109>. Acesso em: 17 nov. 2018.

BRITO, H. S. *O comportamento da receita pública municipal: um estudo de caso no município de Parnaíba-PI*. 2015. Disponível em: http://br692.teste.website/~corec078/wp-content/uploads/2017/08/artigo_HorlaniaBrito.pdf. Acesso em: 17 nov. 2018.

FERREIRA, R. N. et. al. (2016). Receita Pública Municipal: Um estudo de caso no Município de Contagem-MG. *Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, v. 01, p. 01-15.

LIMA FILHO, G. D. ; GOMES, M. E. B. (2016). A Análise da Receita Orçamentária e Tributária do Município de Sumé-PB e suas Implicações Econômicas para a Gestão Pública Local no Período de 2003-2012. *Revista Científica Semana Acadêmica*, v. 01, p. 01-22, 2016.

ROCHA, M. M. Q. (2008). *Análise do nível de eficiência no processo de previsão e arrecadação da receita pública dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, 2008.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F. LUCIO, P. B. *Metodologia de Pesquisa*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, K. G. B. & SANTOS, C. E. R. (2014). *Dependência municipal das transferências do fundo de participação dos municípios: uma análise para os municípios do Sul da Bahia entre 2008 e 2012*. Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC: Ilhéus - Bahia.

SILVA, F. A. G. H.; QUINTELA, M. C. A.; VIEIRA, N. D. S. Perfil Orçamentário de Pequenos Municípios: O Caso do Município de Ladainha – MG. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, v. 4, n. 2, p. 160-182, 2018.

SOARES, C. S.; FLORES, S. A. M.; CORONEL, D. A. (2014). O comportamento da receita pública municipal: um estudo de caso no Município de Santa Maria (RS). *Desenvolvimento em Questão*, v. 12, n. 25, p. 312-338, 2014.

TOLEDO JÚNIOR, F. C. de; ROSSI, S. C. *Lei de responsabilidade fiscal: comentada artigo por artigo*. 3. ed. São Paulo: NDJ, 2005.



ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO DE APRESENTAÇÃO 13º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte

“Comprometo-me, caso meu Trabalho seja aprovado pelo Comitê Científico, a comparecer ou nomear um representante para sua apresentação, no dia e hora previamente comunicados. Autorizo a publicação do material utilizado em minha apresentação no site do evento, assim como o uso de sons e imagens. Autorizo também o recebimento de mensagens SMS através de meu celular com informações relativas ao meu trabalho científico e minha participação no congresso”.

Felipe Pereira de Medeiros